

Um calendário especial para o... Congresso

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

composição das suas 13 Comissões, órgãos de importância estratégica para o andamento dos trabalhos.

Isso deve acontecer nessa semana, relata a repórter Marta Salomon. As duas comissões mais importantes, a de Justiça e a de Finanças e Tributação, já têm destino acertado — a primeira ficará sob o comando do PMDB, a outra com o PFL. A nomeação dos integrantes obedecerá a critérios de proporcionalidade das bancadas no plenário.

A assessoria política do presidente eleito trabalha com uma hipótese mais

pessimista sobre o funcionamento do Legislativo. O futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, tem repetido que, na prática, o Congresso vai começar a ser esvaziado em maio, em decorrência da campanha de reeleição dos parlamentares.

O novo governo está utilizando esse argumento para justificar a eventual necessidade de uso de leis delegadas para fazer executar seu programa econômico. Não chega a ser irreal essa perspectiva.

Collor pode — e deve, conforme têm aconselhado líderes de diferentes partidos — editar todo o seu "pacote" através de medidas provisórias. Pela Constituição, cada uma dessas medidas tem 30 dias de

prazo para tramitação e votação no Congresso. Se, ao final, não tiver sido votada, automaticamente perde validade de conteúdo e efeito, em caráter retroativo.

Se o cálculo do futuro ministro da Justiça, ex-relator da Constituinte — onde os problemas de "quorum" foram graves —, estiver correto, os parlamentares irão gastar os próximos 41 dias úteis apenas na discussão e aprovação das medidas políticas e econômicas do novo governo. Sem tempo para o que já está na pauta e o que está pendente na Constituição.

Há, no entanto, a possibilidade de o Congresso ampliar sua agenda por todo esse primeiro semestre e

05 MAR 1990

avançar, com sessões extraordinárias, no período de recesso do meio do ano. E a iniciativa pode acabar sendo estimulada pelo próprio governo Collor: a edição de uma medida provisória impõe, de forma automática, a convocação dos parlamentares.

Pressionados de um lado pelo novo governo e suas necessidades legislativas e de outro lado pela própria opinião pública, que anseia por medidas concretas que reduzam a inflação e melhorem a qualidade de vida, os congressistas poderão acabar se vendo na contingência de adiar sua campanha, para não perder a possibilidade de reeleição, por omissão no posto de trabalho para o qual haviam sido eleitos.

Um calendário especial para o Congresso

por José Casado
de Brasília

Mais 275 dias e o ano de 1990 termina. É o que mostram os calendários gregorianos que regem o cotidiano do cidadão comum.

No Congresso Nacional, porém, a vida tem regras próprias e um ritmo diferente: na melhor das hipóteses, o "ano legislativo" será encerrado em mais 131 dias a contar da sessão programada para esta terça-feira.

Ou seja, em 15 de julho, quando começam, oficialmente, o recesso do meio do ano e, efetivamente, a campanha eleitoral.

As sessões na Câmara e no Senado acontecem três vezes por semana (às terças, quartas e quintas-feiras). Mantido esse ritmo, deputados federais e senadores têm pela frente mais 56 dias para sessões legislativas.

É época de eleição e a maioria dos 559 parlamentares federais está preocupada com sua sobrevivência política. Significa que no centro de sua atenção está o pleito de 3 de outubro próximo. E, a seguir, o engajamento na campanha para o segundo turno eleitoral que deve acontecer nos estados.

Eles ganham, na média, NCz\$ 300 mil por mês e dispendem de pouquíssimo tempo — de acordo com a agenda atual do Legislativo — para debater, chegar a um consenso e decidir com o seu voto sobre quase qua-

tro mil projetos que se acumulam na pauta do Congresso desde o ano passado, mas todo o conjunto de medidas políticas e econômicas que o novo governo anuncia para as horas seguintes à posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello.

Não é só isso: ainda faltam ser redigidas, discutidas e aprovadas mais de 200 leis regulamentando dispositivos da nova Constituição.

Os congressistas voltaram das férias de verão há exatos 20 dias. Mas a Câmara Federal, por exemplo, mal começou a trabalhar: devido à intensa migração nos partidos políticos (do PMDB para os outros, principalmente) sequer conseguiu definir a

(Continua na página 8)

Assessores próximos do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, dão como mais provável a indicação do economista Ibrahim Eris para ocupar o cargo de presidente do Banco Central após o dia 15 de março. Eris foi assessor do ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, e teria sido escolhido para ocupar o cargo por indicação de Zélia Cardoso de Mello, informam os mesmos assessores.

(Ver página 6)